

Daniel Bastos Marwell

PROTEÇÃO DE DADOS NO **DIREITO PENAL**

Limites Constitucionais entre Segurança
Pública e Proteção de Dados Pessoais

Prefácio: Ministro Gilmar Mendes

Prefácio: Ademar Borges de Sousa Filho

Apresentação: Laura Schertel Mendes

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2026

Sumário

1 Introdução	1
1.1 Objeto de Pesquisa	1
1.2 O problema teórico	3
1.3 Perguntas a serem respondidas.....	4
1.4 Metodologia da pesquisa.....	6
1.5 Importância do tema para os Direitos Constitucional, Penal e Processo Penal Brasileiros.....	6
1.6 Organização da Tese.....	7
2 General Data Protectionon Regulation – GDPR.....	11
2.1 Proteção de Dados sob o prisma Europeu.....	23
2.2 Influência do General Data Protection Regulation – GDPR, na elaboração da Lei Geral de Proteção de Dados Brasileira – LGPD.....	28
2.3 Pressupostos Para a Aplicação da General Data Protection Regulation – GDPR.....	30
3 Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD	35
3.1 Objetivos e Fundamentos da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD	40
3.2 Tratamento de Dados pelo Poder Público – Órgãos de Persecução Penal.....	42
3.3 Utilização da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, diante da ausência de Lei Geral Penal de Proteção de Dados.....	47

4 Diretiva 680/2016 (UE) e o Tratamento de Dados Pessoais pelas Autoridades Competentes para Efeitos de Prevenção, Investigação, Detecção e Repressão de Infrações Penais	105
4.1 Concepção do Tratamento de Dados Pessoais como Direito Fundamental.....	106
4.2 Utilização de Dados Pessoais na persecução penal	109
4.3 Proteção de Dados Penais na Europa como modelo para a Proteção de Dados Pessoais no Brasil	117
5 Anteprojeto de Lei de Proteção de Dados para a Segurança Pública e Persecução Penal – “LGPD Penal”	133
5.1 Fundamentação legal e Críticas ao Anteprojeto de Lei de Proteção de Dados para a Segurança Pública e Persecução Penal.....	170
5.2 Atuação dos Órgãos de Persecução Penal com a Implementação de uma Lei Geral Penal de Proteção de Dados.....	189
5.3 Necessidade de Regulamentação da Proteção de Dados na Esfera Penal.....	192
6 Proteção de Dados como Direito e Garantia Fundamental.....	199
6.1 Constituição Federal de 1988, a Inviolabilidade de Dados e o Direito à Privacidade.....	205
6.2 Normas que já Regulamentavam a Privacidade Proteção de Dados Pessoais no Ordenamento Jurídico Brasileiro	216
6.3 Reflexos da Proteção de Dados no Contexto dos Direitos Fundamentais	225

7 Descrição do Protocolo e Estratégias para o Tratamento de Dados Armazenados na Polícia Civil do Distrito Federal.....	233
7.1 Armazenamento de Dados nas Polícias Judiciárias Brasileiras....	253
7.2 Utilização dos Dados Armazenados como Forma Prevenção e Combate ao Crime	280
7.3 Ponderação de bens jurídicos e o princípio da proporcionalidade diante de eventual violação ao direito fundamental da proteção de dados pessoais	311
Conclusão	329
Referências.....	335
Anexos (Respostas Lei de Acesso à Informação)	381